

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

Em 10 de abril de 2019, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 **Informações;**
- 2 **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 3 **Discussão e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - Projeto de Lei n.º 1176/XIII/4.ª (PS) - Clarifica o disposto na Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, em matéria de restrições à publicidade institucional realizada por entidades públicas em período eleitoral;
Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 1147/XIII/4.ª (PSD) - 47.ª Alteração ao Código Penal, criando restrições à suspensão da execução da pena de prisão nos processos por crime de violência doméstica e elevando a moldura penal deste crime;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1148/XIII/4.ª (PSD) - 32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, impedindo a recusa de depoimento por parte da vítima de violência doméstica e proibindo a suspensão provisória dos processos por crime de violência doméstica;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1149/XIII/4.ª (PSD) - 32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, permitindo a aplicação da medida de coação de proibição e imposição de condutas quando houver fortes indícios da prática do crime de perseguição;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1150/XIII/4.ª (PSD) - 3.ª Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados em matéria de violência doméstica;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1151/XIII/4.ª (PSD) - 6.ª Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1152/XIII/4.ª (PCP) - Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência;
Relatora - Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)
 - Projeto de Lei n.º 1155/XIII/4.ª (PS) - Reformula os crimes de violação, coação sexual e abuso sexual de pessoa inconsciente ou incapaz no Código Penal, ao abrigo do disposto na Convenção de Istambul, e alarga o âmbito de aplicação da medida de coação de proibição de contacto aos crimes de ameaça, coação e perseguição (*stalking*);
Relatora - Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 1165/XIII/4.ª (CDS-PP) - Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de igualdade de género e de violência doméstica (3.ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro);
Relatora - Deputada Elza Pais (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1166/XIII/4.ª (CDS-PP) - Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quadragésima sétima alteração ao Código Penal);
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

- Projeto de Lei n.º 1178/XIII/4.ª (CDS-PP) - Consagra a natureza de crime público do crime de perseguição, verificadas determinadas circunstâncias agravantes, bem como a possibilidade de aplicação de medidas preventivas (47.ª alteração ao Código Penal e 31.ª alteração ao Código de Processo Penal);
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1183/XIII/4.ª (BE) - Protege as crianças que testemunhem crimes de violência doméstica e torna obrigatória a recolha de declarações para memória futura no decorrer do inquérito (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas);
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 1146/XIII/4.ª (Ninsc) - Alarga os direitos de cidadania no âmbito das Iniciativas Legislativas dos Cidadãos (Procede à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho);
Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD)
- 4 Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
- Proposta de Lei n.º 150/XIII/4.ª (GOV) - Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção;
 - Proposta de Lei n.º 169/XIII/4.ª (GOV) - Reforça os direitos do menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/800;
 - Projeto de Lei n.º 959/XIII/3.ª (PCP) - Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de crianças e jovens em risco;
 - Proposta de Lei n.º 47/XIII/2.ª (GOV) - Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública;
- 5 Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 46/XIII/2.ª (GOV) - Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais;
- 6 Votação na especialidade por analogia do disposto no artigo 150.º do RAR, nos termos de deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, dos Projetos de Resolução n.ºs:
- 1976/XIII/4.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a urgente concretização de medidas para a prevenção e combate à violência doméstica;
 - 1998/XIII/4.ª (PAN) - Recomenda ao Governo o incremento de medidas que permita a melhoria da capacidade de resposta a situações de violência doméstica;
- 7 Discussão, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do RAR, dos Projetos de Resolução n.ºs:
- 1672/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que sejam removidos obstáculos administrativos à efetivação do direito ao reagrupamento familiar de imigrantes e de requerentes de proteção internacional em Portugal;
 - 1875/XIII/4.ª (BE) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a garantia do direito a uma habitação digna para refugiados acolhidos em Portugal;
 - 1877/XIII/4.ª (BE) - Recomenda ao Governo a revisão dos critérios de admissão ao programa "Português para todos";
- 8 Fixação da redação final de textos aprovados nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:
- Texto que "Recomenda ao Governo que promova junto dos órgãos de comunicação social a elaboração de um código de conduta adaptado à Convenção de Istambul para a adequada cobertura noticiosa de casos de violência doméstica" [Projeto de Resolução n.º 2033/XIII/4.ª (PAN)];
 - Texto que "Altera as medidas de segurança obrigatórias em estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2014, de 8 de setembro" [Proposta de Lei n.º 151/XIII/4.ª (GOV)];



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.^a SL

- 9 Discussão e votação do relatório sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia [COM (2019) 125]; Relatora - Deputada Susana Amador (PS)
- 10 Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD solicitando a audição da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos para esclarecer a situação dos serviços dos registos, nomeadamente as questões suscitadas na carta aberta que dirigiram à Senhora Ministra da Justiça;
- 11 Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP solicitando a audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre as eventuais falhas da rede SIRESP no ano de 2017, o incumprimento da anunciada aquisição da maioria do capital social do consórcio gestor da rede SIRESP, bem como a necessidade de respostas sobre a capacidade operativa atual desta rede;
- 12 Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
- 13 Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
- 14 Apreciação e votação das atas n.ºs 32 a 38/XIII/4.^a (correspondentes às reuniões da Comissão de 6 a 27 de março de 2019);
- 15 Outros assuntos.

11H30

Audição do Secretário de Estado da Proteção Civil e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, para prestar esclarecimentos sobre o processo de integração no Estado dos operacionais das salas de gestão de emergências dos comandos distritais e nacional da ANPC [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD].

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, passou-se de imediato ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, começando com a apreciação do parecer conjunto sobre os Projetos de Lei n.ºs [1147/XIII/4.^a \(PSD\)](#) - 47.^a Alteração ao Código Penal, criando restrições à suspensão da execução da pena de prisão nos processos por crime de violência doméstica e elevando a moldura penal deste crime, e [1148/XIII/4.^a \(PSD\)](#) - 32.^a Alteração ao Código de Processo Penal, impedindo a recusa de depoimento por parte da vítima de violência doméstica e proibindo a suspensão provisória dos processos por crime de violência doméstica, que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No debate intervieram o Senhor Deputado Luís Marques Guedes e a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), que sugeriram à Senhora Deputada Relatora que retirasse as citações feitas do parecer remetido pela APAV, uma vez que não era citado o parecer da PGR, tendo a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) retorquido que aceitava incluir o parecer da PGR mas não retirava as citações do parecer da APAV, posição que não mereceu o acordo do Grupo Parlamentar do PSD.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PSD.

Seguiu-se a apreciação dos pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs [1149/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - 32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, permitindo a aplicação da medida de coação de proibição e imposição de condutas quando houver fortes indícios da prática do crime de perseguição, e [1150/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - 3.ª Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados em matéria de violência doméstica, que foram apresentados separadamente pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), e, no final, submetidos a votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP.

O parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 1151/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - 6.ª Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do BE e do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP.

Foram também apresentados separadamente, pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), os pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs [1166/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quadragésima sétima alteração ao Código Penal); [1178/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Consagra a natureza de crime público do crime de perseguição, verificadas determinadas circunstâncias agravantes, bem como a possibilidade de aplicação de medidas preventivas (47.ª alteração ao Código Penal e 31.ª alteração ao Código de Processo Penal); e [1183/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Protege as crianças que testemunhem crimes de violência doméstica e torna obrigatória a recolha de declarações para memória futura no decorrer do inquérito (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas). No final, submetidos a votação, foram aprovados com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

Seguidamente, foi apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 1155/XIII/4.ª \(PS\)](#) - Reformula os crimes de violação, coação sexual e abuso sexual de pessoa inconsciente ou incapaz no Código Penal, ao abrigo do disposto na Convenção de Istambul, e alarga o âmbito de aplicação da medida de coação de proibição de contacto aos crimes de ameaça, coação e perseguição (*stalking*), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Na qualidade de relator, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 1176/XIII/4.ª \(PS\)](#) - Clarifica o disposto na Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, em matéria de restrições à publicidade institucional realizada por entidades públicas em período eleitoral, que, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Prosseguiu-se com a apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 1152/XIII/4.ª \(PCP\)](#) - Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Por último, foi apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 1165/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de igualdade de género e de violência doméstica (3.ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Dado o adiantado da hora e por apenas restarem alguns minutos antes do início da audição agendada para as 11 horas e 30 minutos, o Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados a possibilidade de a reunião concluir os trabalhos agendados no final do Plenário, prossequindo de imediato apenas com o que fosse mais urgente. As Senhoras e os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Nuno Magalhães (CDS-PP), Andreia Neto (PSD), Jorge Machado (PCP) e Sandra Cunha (BE) manifestaram indisponibilidade para continuarem os trabalhos da Comissão no final do Plenário, mas deram o seu acordo para adiar os demais pontos



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

da ordem de trabalhos para a manhã de terça-feira da semana seguinte, dia 16 de abril, com exceção dos pontos 10 e 11 – requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, respetivamente -, que seriam apreciados e votados de imediato.

Assim sendo, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, dia 16 de abril, pelas 10 horas, dos pontos seguintes da ordem de trabalhos, passando de imediato ao décimo ponto, que consistia na apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando a audição da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos para esclarecer a situação dos serviços dos registos, nomeadamente as questões suscitadas na carta aberta que dirigiram à Senhora Ministra da Justiça, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD). Após uma breve intervenção do Senhor Deputado António Gameiro (PS), o requerimento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, solicitando a audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre as eventuais falhas da rede SIRESP no ano de 2017, o incumprimento da anunciada aquisição da maioria do capital social do consórcio gestor da rede SIRESP, bem como a necessidade de respostas sobre a capacidade operativa atual desta rede, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP). Após as intervenções dos Senhores Deputados António Gameiro (PS) e Duarte Marques (PSD), o requerimento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Após uma curta interrupção, teve início a audição do Secretário de Estado da Proteção Civil e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de integração no Estado dos operacionais das salas de gestão de emergências dos comandos distritais e nacional da ANPC [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD].

O Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), cumprimentou os Membros do Governo presentes e saudou a presença dos senhores deputados



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

membros da 10.ª Comissão de Trabalho e Segurança Social, convidando para a Mesa a Senhora Deputada Wanda Guimarães, Vice-Presidente da 10.ª CTSS.

Usaram da palavra para apresentar o requerimento os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD) e Álvaro Batista (PSD).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil (José Artur Neves) e à Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público (Maria de Fátima Fonseca) para responderem.

O Senhor Presidente deu depois a palavra aos restantes grupos parlamentares para colocarem as suas questões, usando da palavra para o efeito o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) e os Senhores Deputados António Carlos Monteiro (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Duarte Marques (PSD) e Álvaro Batista (PSD) às quais responderam em conjunto o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil e a Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público.

A audição, que ficou concluída às 13 horas e 30 minutos, foi integralmente gravada em [vídeo](#) e transmitida em diferido pela AR TV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada de imediato, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 42/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Catarina Marcelino
Elza Pais
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
António Carlos Monteiro
Duarte Marques
Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Telmo Correia